



TEMÁTICAS AMBIENTAIS: ABORDAGEM NO ENSINO FORMAL ATRAVÉS DE PARQUE PÚBLICO URBANO DE PALMAS, TOCANTINS

Claúdia Maria Alves Pegado - Profa. do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.
alvespegado@yahoo.com.br;

INTRODUÇÃO

Atualmente o professor tem a possibilidade de utilizar diversos recursos didáticos para o auxiliarem no processo ensino aprendizagem de conteúdos escolares e temas transversais em sua disciplina a ser ministrada, como exemplo a temática do meio ambiente. Souza (2007) define recurso didático como todo material utilizado como auxílio no ensino aprendizagem do conteúdo proposto para ser aplicado, pelo professor, a seus alunos. Já quanto à classificação, Pilleti (1991) classificou estes recursos como recursos humanos e recursos materiais, onde estes últimos se subdividem em: recursos materiais do ambiente (Natural: água, folha, etc.; e Escolar: quadro, giz, cartazes, etc.) e recursos materiais da comunidade (bibliotecas, indústrias, lojas, repartições públicas, etc.). Então, baseando-se nesta classificação, um professor pode utilizar um parque público urbano como um recurso didático da comunidade para abordar conteúdos de disciplinas de áreas a fins na modalidade de ensino formal.

OBJETIVOS

Para tanto, o objetivo do presente trabalho foi identificar temáticas a respeito do meio ambiente que podem validar o Parque Cesamar localizado em Palmas, Tocantins como recurso didático para abordar temas transversais de cunho ambiental permeando todos os níveis de ensino.

MATERIAL E MÉTODOS

Neste estudo, foi realizada quanto ao objeto, pesquisa bibliográfica, e quanto ao estudo a pesquisa descritiva (PRESTES, 2005). Para atingir o objetivo e para obtenção de dados, foram realizadas visitas e observações aleatórias no Parque Cesamar com registro fotográfico. A análise dos dados foi realizada a partir das observações realizadas e interpretações a partir da literatura científica relacionada à temática ambiental local, regional, nacional e global.

RESULTADOS

Constatou-se que um parque público urbano utilizado como um espaço de formação de indivíduos pode proporcionar, por exemplo, reflexões e conhecimentos coletivos a cerca das questões ambientais e o papel de cada cidadão com relação à natureza a partir de situações observadas e vivenciadas pelos participantes. Verificou-se com as observações no Parque Cesamar e com a pesquisa bibliográfica relativa ao foco do presente trabalho, temáticas ambientais, que um professor pode mediar e incentivar discussões sobre: componentes do desenvolvimento sustentável; recursos naturais e desenvolvimento sustentável; ações sustentáveis; ecoturismo; a educação ambiental baseada na Lei 9795 de 27 de abril de 1999; educação ambiental integrada a saúde, a economia e a segurança do trabalho; Constituição Federativa do Brasil de 1988 e meio ambiente a partir do artigo 225; benefícios ambientais, sociais e econômicos da arborização urbana; paisagismo; economia verde; estudo florístico e fitossociológico; definição e importância da herborização; Poluição e poluidor segundo Lei nº 6938 de 31/08/81 referente à política Nacional de Meio Ambiente; identificar conceitos e importância da ecologia e conservação; existência e conservação de fauna e flora existente no parque; biodiversidade e sustentabilidade; unidades de conservação baseada na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; os resíduos sólidos (Lei 12.305 de 2010); alternativas viáveis de descartes de resíduos sólidos; vantagens da coleta seletiva; interação entre sociedade-natureza-desenvolvimento sustentável; crise ambiental; sobre saúde pública e meio ambiente; crise ambiental; etc. Assim, foi percebido que no âmbito do parque o professor tem como realizar uma aula mais estimulante com atividades pedagógicas exploratórias interativas, interdisciplinares e contextualizadas sobre as questões ambientais local, regional, nacional e global de maneira integrada, contínua e permanente com o recurso, parque público urbano.

DISCUSSÃO

Almeida, Bicudo e Borges (2004a) após realizarem o trabalho “Educação ambiental em praça pública: relato de experiência com oficinas pedagógicas” chegaram entre outras conclusões, que de acordo com o interesse de seus alunos, atividades de Educação Ambiental em praças públicas podem estimular o “olhar para dentro” e o “olhar para fora” do local escolhido para as atividades, levando à compreensão do ambiente urbano e ao entendimento de suas relações com a natureza. Colaborando com este pensamento, Moreira-Coneglian, Diniz e Bicudo (2004) mencionam que as praças públicas se mostram como locais propícios para a aplicação de metodologias em educação ambiental. Neste mesmo contexto, Almeida, Bicudo e Borges (2004b), afirmam que a praça pública assim como outros espaços urbanos podem servir de material para o desenvolvimento de programas de educação ambiental com o envolvimento dos professores, e seus alunos, em especial aqueles das escolas mais próximas às praças públicas. Assim, tomando-se como referência o fato de a maior parte da população brasileira viver em cidades, observa-se uma crescente degradação das condições de vida, refletindo uma crise ambiental. Isto nos remete a uma necessária reflexão sobre os desafios para mudar as formas de pensar e agir em torno da questão ambiental numa perspectiva contemporânea (Jacobi, 2003). Para tanto, como se afirma no PCN (1997), a questão ambiental vem sendo considerada como cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso pelo homem dos recursos naturais disponíveis. Essa consciência já chegou à escola e muitas iniciativas têm sido desenvolvidas em torno desta questão, por educadores de todo o País.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o parque público Cesamar, tido como recurso didático, possibilita ao professor a abordagem da temática do meio ambiente sim, permeando todos os níveis de ensino de maneira dinâmica, contextualizada, interativa e participativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. F. R. de; BICUDO, L. R. H.; BORGES, G. L. de A. Educação ambiental em praça pública: relato de

experiência com oficinas pedagógicas. *Ciência & Educação*, v. 10, n. 1, p. 121-132, 2004a.

ALMEIDA, L. F. R.; BICUDO, L. R. H.; BORGES, G. L. de A. Educação ambiental em praças públicas: professores e alunos descobrindo o ambiente urbano. *Revista Ciência em Extensão*. v.1, n.1, p.91-100, 2004b.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 1999. Disponível em: Acesso em: 28 jul. 2000.

BRASIL. Lei n. 12305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, DF, 2010. Disponível em: Acesso em: 12 jan. 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Meio Ambiente e Saúde. In: Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC / SEF, 1997. v. 9.

BRASIL. Ministério da Educação. Constituição República Federativa do Brasil. 1988. Brasília – DF: 1988. 292 p. cap. 6, p. 146 – 147: Do Meio Ambiente. JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, 189-2005, março/2003.

MOREIRA-CONEGLIAN, I. R.; DINIZ, R. E. da S.; BICUDO, L. R. H. Educação ambiental em praça pública no município de Botucatu/SP. *Revista Ciência em Extensão*. v.1, n.1, p.39-52, 2004.

PILETTI, C. Didática geral. 14 ed. São Paulo: Ática, 1991.

PRESTES, M. L. de M. 2005. A Pesquisa e a Construção do conhecimento científico. 3. ed. São Paulo: Respel. p. 25-31.

SOUZA, S. E. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. *Arq. Mudi*. 11(Supl.2), p.110-114, 2007.